



# CR\$ 1.100.000.000.000,00

29 ~~out~~ 1983

29 SET 1983

JORNAL DA TARDE

Pela primeira vez o orçamento da Prefeitura de São Paulo chega ao trilhão. Mas, apesar de impressionante, a quantia representa muito pouco diante do que a cidade precisa. Após o pagamento das dívidas, dos salários do funcionalismo e da manutenção dos

equipamentos, sobrará muito pouco para as obras.

*gram monet*

Ate 1967, o orçamento municipal estava na casa do milhão; de 1968 até 1983, ficou na casa do bilhão; em 1984 atingirá a casa do trilhão. Mais precisamente Cr\$ 1,1 trilhão, segundo proposta a ser encaminhada hoje ou amanhã pelo prefeito Mário Covas à Câmara Municipal. O próprio secretário de Finanças, Denis Alves, irá à Câmara explicar a proposta aos vereadores.

A princípio, os números impressionam, mas na realidade significam muito pouco para as necessidades da cidade, ainda mais porque daquele total só cerca de 8% serão aplicados em investimentos, ou seja, em novas obras. O resto é para pagar a dívida, desapropriações antigas e o funcionalismo, e para manter escolas, hospitais, creches e outros equipamentos públicos.

Em relação a 1983, que tem um orçamento de Cr\$ 471 bilhões, o aumento será de 134%. Aliás, é provável que a receita deste ano supere o estimado, chegando a cerca de Cr\$ 500 bilhões, mas mesmo assim a Prefeitura encerrará o orçamento atual com um "déficit" de Cr\$ 40 a 45 bilhões.

Em 1984, a maior fonte de receita continuará sendo a cota-partes que o Município recebe do ICM, estimada em Cr\$ 297 bilhões, ou 27% do total. A participação de São Paulo na divisão do "bolo" do ICM do Estado, contudo, continua decrescente: era de 46% em 1976, será de 35,6% em 1984. Entre os impostos municipais, o ISS (Imposto sobre Serviços) renderá Cr\$ 250 bilhões (22%) e o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) proporcionará uma arrecadação de Cr\$ 184 bilhões (16,5% do total).

Essa arrecadação do IPTU representa um acréscimo de

120% em relação a 1983, decorrente em parte da expansão do número de contribuintes e também da atualização dos "valores venais" dos imóveis (base para cálculo desse imposto). Em termos concretos, para o contribuinte, isso significará um aumento médio de 110% no imposto a ser pago no ano que vem. O índice correto para cada região da cidade ainda será estabelecido pela Secretaria de Finanças, que recebeu ordens do prefeito Mário Covas para que em nenhuma hipótese o reajuste seja maior do que a correção monetária. O prefeito não acha justo a Prefeitura aumentar demasiado os impostos no momento em que, por exemplo, os salários têm reajustes contidos em 80% do INPC.

A receita se comporá ainda com cerca de Cr\$ 190 bilhões de operações de crédito a serem tomadas pela Prefeitura (17% do total) e mais algumas transferências federais como a cota-partes da TRU, a cota-partes do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gásos, etc. Eventualmente essas transferências poderão sofrer um significativo acréscimo, caso a Prefeitura saia vitoriosa em processos administrativos e judiciais que está movendo contra a União, para recuperar com juros e correção monetária algumas retenções indevidas do Imposto Territorial Rural e do Imposto de Renda.

Onde a Prefeitura pretende gastar todo o Cr\$ 1,1 trilhão? Cerca de Cr\$ 600 bilhões serão destinados exclusivamente ao pagamento do pessoal e à manutenção dos equipamentos públicos, o que inclui desde a reforma de prédios até a merenda escolar, passando pelo custeio de serviços como a coleta de lixo e a iluminação das ruas e avenidas.

A prefeitura conta atualmente com 91 mil funcionários ativos e dez mil inativos. O quadro de pessoal foi acrescido, apenas no ano passado, em cerca de dez mil funcionários. Em 1984, a prefeitura concederá dois reajustes salariais, um em janeiro, outro em julho.

Outros Cr\$ 281 bilhões serão empregados no pagamento da dívida, de desapropriações e no resgate de títulos (Apólice Reajustável do Tesouro Municipal). A dívida atingirá seu "pico" máximo em 1984. A dívida externa será "rolada" em 100%, isto é, serão tomados empréstimos 67 milhões de dólares no Exterior para o pagamento de dívidas em igual valor. Daquele total, 56 milhões de dólares referem-se a compromissos do Metrô assumidos em administrações passadas. Para obter o empréstimo, a prefeitura necessitará de autorização da Câmara Municipal e do Senado Federal.

Somente para o pagamento de desapropriações serão gastos Cr\$ 67 bilhões, ou seja, Cr\$ 50 bilhões a mais do que nesse ano. Não se trata de desapropriações novas, de novas obras, mas sim de desapropriações antigas, feitas em administrações passadas. Em 1984 deverão ser pagas aquelas desapropriações cujos valores foram arbitrados pela Justiça há dois anos, acrescidas de juros e correção monetária.

Assim, do total do orçamento sobrará apenas 8%, menos de Cr\$ 100 bilhões, para o item investimentos, o que significa obras novas. Só para se ter uma comparação, basta lembrar que em 1983 a porcentagem foi de 18%. A parte social deverá ser a mais beneficiada, com a construção de novas creches, escolas, postos de saúde e habitações. Não haverá nenhuma grande

obra, mas um significativo volume de dinheiro será empregado no programa de ônibus.

Finalmente, o orçamento municipal de 1984 terá ainda mais 8% para o item "reserva de contingência", destinado a fatos imprevistos, como emergências, acréscimos de verbas e gastos adicionais com o funcionalismo.

Em paralelo ao orçamento, a prefeitura pretende mandar para a Câmara alguns projetos de lei eliminando ou cortando parte das isenções de impostos hoje concedidas. O que exatamente será feito, contudo, será discutido ainda com a bancada do PMDB na Câmara. Uma das isenções que podem cair é a do ISS para as empresas de ônibus. E pensamento da prefeitura, no caso do IPTU, manter a isenção hoje existente para os imóveis com valores venais de até Cr\$ 800 mil, voltando a cobrar porém as taxas recolhidas junto com o imposto e que também tinham sido eliminadas.

Para cobrir a falta de dinheiro para investimentos, a prefeitura pretende incentivar iniciativas como convênios com empresas ou entidades particulares para manutenção de praças públicas ou o PPM (Plano Popular de Melhorias), em que a pavimentação de ruas e a construção de praças são feitas com dinheiro da própria comunidade. Também devem ser testados "mutirões" em que, num fim de semana, máquinas e funcionários municipais trabalhariam em determinados bairros, junto com a população local, para uma limpeza geral e pequenos consertos. Caso dê resultado, a medida pode evoluir até para a construção de equipamentos públicos. O primeiro teste será feito, em breve, na A.R. de Pirituba.

Júlio Moreno